



PRODUÇÃO DO ESPAÇO E PARTILHA DO SENSÍVEL: APROXIMAÇÕES FILOSÓFICAS POSSÍVEIS PARA A INTERPRETAÇÃO DA POLÍTICA DO ESPAÇO

Stefanie Berenschot Pereira ¹
José Gilberto de Souza ²

RESUMO

O presente artigo reflete sobre as possibilidades de aproximação teórica entre o conceito de produção do espaço, elaborado por Henri Lefebvre e o conceito de partilha do sensível, proposto por Jacques Rancière. Ao compreender o potencial do espaço como sendo lugar do encontro, da realização da multiplicidade, entendemos que ele determina aberturas para a realização da política. Esta multiplicidade se estabelece como oportunidade para a reunião de diferentes vozes e como estão inseridas nas diferentes dimensões da produção do espaço: concebido (representação do espaço), vivido (espaço representado) e percebido (materialidade/concretude). Desta maneira, a produção do espaço se realiza no movimento da tríade e na possibilidade do dissenso/contradição dentro dela. Ao propormos uma aproximação com o conceito de partilha do sensível em Rancière, identificamos que as vozes dessa multiplicidade do espaço não são igualmente ouvidas. Há aquelas que já fazem parte da partilha do sensível, portanto já são contadas, mas há ainda aquelas que promovem o dissenso, a contradição, rompem uma ordem da partilha do sensível, movimentam a produção do espaço e a realização da política.

Palavras-chave: Produção do espaço, partilha do sensível, dissenso.

ABSTRACT

This article reflects on the possibilities of theoretical approximation between the concept of production of space, developed by Henri Lefebvre, and the concept of distribution of sensible, proposed by Jacques Rancière. By understanding the potential of space as a place for meeting, for the realization of multiplicity, we understand that it determines openings for carrying out the policy. This multiplicity is established as an opportunity for the meeting of different voices and how they are inserted in the different dimensions of the production of space: conceived (space representation), experienced (represented space) and perceived (materiality/concreteness). In this way, the production of space takes place in the movement of the triad and in the possibility of dissent/contradiction within it. By proposing an approach to the concept of sharing the sensitive in Rancière, we identify that the voices of this multiplicity of space are not equally heard. There are those that are already part of the distribution of sensible, therefore they are already counted, but there are still those that promote dissent, contradiction, break an order of sharing the sensitive, move the production of space and the realization of policy.

Key words: Production of space, distribution of sensible, dissent.

¹ Doutoranda pelo curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Rio Claro, stefanie.pereira@unesp.br;

² Professor livre-docente na Universidade Estadual Paulista – Unesp e Pós-doutor pela Universidade de Salamanca, USAL, Espanha, jg.souza@unesp.br.



INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 que alcançou o Brasil em 2020 colocou inexoravelmente o espaço no centro dos debates sobre política. A importância do espaço sempre esteve evidente, em especial dentro da ciência geográfica, entretanto gostaríamos de refletir aqui sobre o quanto o distanciamento social, imposto pela necessidade de frear e controlar a transmissão do vírus SARS-CoV-2, nos apresentou as dificuldades em realizar a política de fato, estando afastados da possibilidade de encontro que o espaço pode oferecer e simultaneamente nos indicou as limitações da espacialidade virtual, que ao ser imediatamente tomada como o novo condicionante. A pandemia revelou que o vivido enquanto espaço representado exige um salto metodológico de apreensão, como critério de objetividade e o percebido, a concretude material, a precisão escalar e ao concebido, desta forma se impõe uma nova representação, que assumimos só pode se estabelecer em mudança, como síntese desta partilha. Neste sentido, partimos de uma compreensão de que mais do que definir um objeto científico a geografia deve ater-se aos fenômenos e analisar as particularidades de suas propriedades espaciais e territoriais, ou sua geograficidade (MOREIRA, 2004).

A fim de aprofundar nossos debates sobre a importância do espaço para a realização da política nos propomos neste trabalho analisar a possível intersecção entre os conceitos de produção do espaço em Henry Lefebvre e partilha do sensível em Jacques Rancière. Os autores em questão ao debaterem a potencialidade do espaço sendo produzido simultaneamente pelas dimensões do vivido, percebido e concebido observam abertura para reconfigurar a partilha do sensível por meio da tomada da palavra como um processo de reconfiguração concreta do espaço e intrinsecamente das formas de sua produção.

Admitimos que essa reflexão pode contribuir para o aprofundamento das análises filosófica e políticas do espaço, tendo em vista a eminência dessa discussão frente a pandemia Covid-19 e as dificuldades na realização do espaço como possibilidade do encontro, da multiplicidade, do dissenso, da “tomada da palavra” e, finalmente, da reconfiguração da partilha do sensível, o que conduziria a reconfiguração do próprio espaço e suas formas de reprodução. Não se desconsidera aqui a dimensão da virtualidade espacial da vida e da política, mas reconhece-se os limites e a necessária vida externa à virtualidade



como realização (espacial) absoluta e relativa da espacialidade humana (SMITH, 1988).

APORTE TEÓRICO E METODOLOGIA

A fundamentação teórico-analítica se concentra especialmente em Henri Lefebvre (1973, 1980, 1995, 2013) e Jacques Rancière (1995, 2006). Procedemos metodologicamente o levantamento bibliográfico e a minuciosa leitura dos autores, bem como da produção de relatórios de leitura que pudessem sistematizar suas produções com relação aos conceitos de produção do espaço e partilha do sensível.

Para a compreensão e aprofundamento do conceito de partilha do sensível nos fundamentamos nos escritos de Rancière sobre o tema, particularmente em *A partilha do sensível* (2005) e *O desentendimento* (1996). Em ambas as obras o autor busca conceituar a partilha do sensível como sendo a identificação de um comum partilhado e os recortes ou partes³ (*partie*) exclusivas que compõe esse comum. Procuramos compreender por meio da leitura e investigação da obra se é possível interpretar no espaço uma partilha já estabelecida, ou aberturas suficientes para reconfiguração da partilha do sensível. Tais aberturas seriam possíveis por meio do dissenso, da ruptura, que, segundo o autor, permitem contar aqueles que não eram contados, ou permitem considerar “falantes” aqueles que eram incompreensíveis.

Conforme apresentado anteriormente buscamos aqui a possibilidade de intersecção entre o conceito de partilha do sensível e produção do espaço. Para tanto, nos dedicamos também ao aprofundamento acerca da produção do espaço em Lefebvre, com destaque para *A produção do espaço* (2013) e *A reprodução das relações de produção* (1973). Buscamos as contribuições do autor, tanto na compreensão de que o espaço não é passivo, mas produto e produz condicionantes das relações sociais, quanto na compreensão das três dimensões da produção do espaço (concebido, vivido e percebido).

Além das obras centrais da análise, contamos ainda com as contribuições da ALVES (2019) no aprofundamento acerca da tríade da produção do espaço (concebido, vivido e percebido), considerando que as contribuições da autora permitem situar metodologicamente essa tríade na interpretação do movimento na produção do espaço. Destacamos ainda a leitura de Massey (2004) como forma de aprofundar a interpretação da produção do espaço,

³ A obra de Rancière articula o uso dos termos *part* (parte enquanto pedaço ou fração de um todo) e *partie* (parte enquanto sujeito socialmente reconhecido, como em “partes” representadas em um processo judicial).



especialmente pensado como simultaneidade e destaque ao seu caráter inconcluso, portanto aberto pela própria simultaneidade às transformações do devir.

Ainda com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o dissenso e a reconfiguração da partilha do sensível, contamos com a análise de Certeau (1995) acerca da tomada da palavra. O autor analisa os movimentos estudantis de 1968 e identifica a “tomada da palavra” pelos estudantes como sendo uma ruptura da ordem política do momento, de maneira que nos ajuda a pensar os mecanismos que levariam a uma reconfiguração do comum partilhado, das partes (*partie*) exclusivas que tomam a palavra nessa partilha, ou seja, uma reconfiguração da partilha do sensível.

ESPAÇO E DISSENSO

Partimos da perspectiva de que ao produzir sua vida a sociedade produz também o espaço geográfico. Nesta medida as condições de produção do espaço estão determinadas, entre outras coisas, pela desigualdade no reconhecimento dos discursos e práticas, ou seja, há grupos que detém o protagonismo e hegemonia nos discursos e práticas que culminam na produção do espaço e aqueles que são excluídos do mesmo⁴, mas que contraditoriamente não são em absoluto alijados, denotando que vivemos uma geografia/espaço que nem sempre desejamos, ainda que a/o produzamos, mas que impele os sujeitos, contraditoriamente, a consolidar posições não homogeneizadoras.

A compreensão de espaço, sua história e, finalmente, sua produção é o grande desafio que propõe a obra de Henri Lefebvre. Partindo da crítica ao espaço concebido pela filosofia ou pela ciência cartesiana, Lefebvre propõe um espaço social, um produto social, resultado/condição/parte da sociedade.

El espacio ya no puede concebirse como pasivo, vacío, como no teniendo más sentido que —al igual que sucede con los otros “producto” — ser intercambiado, consumido o suprimido. En tanto que producto, mediante interacción o retroacción, el espacio interviene en la producción misma: organización del trabajo productivo, transportes, flujos de materias primas y de energías, redes de distribución de los productos, etc. A su manera productiva y productora, el espacio entra en las relaciones de producción y en las fuerzas productivas (mejor

⁴ Um autor na Geografia que confere esta distinção é Claude Raffestin (1993), que a partir do que Algirdas Julien Greimas (1973) define em suas figuras linguísticas de sintagmáticos e paradigmáticos, sendo que os primeiros apresentam clareza teleológica de suas ações e agem no sentido de realizá-las (actantes), enquanto os segundos, realizam as ações determinadas por outrem (atores). Sobre este debate ver Souza (2020).



o peor organizadas). Suconcepto no puede, pues, aislarse y quedar estático. Se dialectiza: producto- productor, soporte de relaciones económicas y sociales. (LEFEBVRE, 2013, p. 55- 56)

É importante destacar que a produção do espaço se dá para além da materialidade apresentada. Trata-se de compreender sua dimensão como produção de vida, de cultura, do modo de ser urbano, tal como aponta Alves: “Mas o que se entende por produção do espaço? [...] respondemos que, mais que a materialidade (edificações, infraestrutura geral e viária), a produção do espaço significa também um modo de vida, no caso urbano, existente e referente a um dado momento histórico.” (2019, p.552).

A produção do espaço não é imediatamente material, mas implica materialidade. Enquanto modo de produção o capitalismo, enquanto forma de relação social, em sua existência produz e reproduz o espaço, atua sobre a vida, sobre o cotidiano. Se apropria do tempo para além do tempo do trabalho presente, mas também de todas as partes da vida e, desta forma, do tempo capturado, do tempo futuro: o tempo comprado (STREECK, 2013), que de certa forma compõe modelos estruturais de sua própria reprodução.

Analisar, portanto, a produção do espaço implica sua compreensão em processualidade histórica. O espaço contém repetição, circularidade, simultaneidade do que parece diverso. Desta forma, o espaço tem marcas do passado, além de ser imediato, presente, e apontar o possível, o devir. Produto (passado) e produção (presente) e movimento (devir) seriam, portanto, indissociáveis:

El pasado ha dejado sus huellas, sus inscripciones; la escritura del tiempo. Pero el espacio siempre es, hoy como ayer, un espacio presente, dado como un todo inmediato, con sus vínculos y conexiones en actualidad. De tal suerte que la producción y el producto se presentan como dos aspectos inseparables y no como dos representaciones disociables. (LEFEBVRE, 2013, p.96)

Para Lefebvre o real não está pronto. O espaço revela o presente e o movimento, o devir. As várias “camadas” que compõem o espaço são capazes de revelar a história, mas também suas aberturas para o futuro. Para melhor explicitar nossa apreensão do conceito de produção do espaço, vamos explorar brevemente a construção realizada por Lefebvre que interpreta o espaço numa tríade: o espaço concebido (o espaço representado), o espaço vivido (espaço das sensações, imaginações, representações do espaço) espaço percebido (materialidade). Desta forma, a produção do espaço está na potencialidade simultânea das três partes do espaço, interagindo e desdobrando novas possibilidades.



A fim de melhor definir as características dos termos da tríade, Lefebvre (2013) os analisa se remetendo ao corpo. Para o autor, tal transposição é possível pois qualquer sujeito, ao se relacionar com espaço, o faz por meio do seu corpo e vice-versa. Desta forma, a esfera do percebido estaria relacionada a base prática da relação com o meio exterior, o emprego das mãos, dos membros, dos sentidos. Por outro lado, a representação do corpo, esfera do concebido, estaria ligada à noção científica de percepção do corpo, sua anatomia, seus metabolismos (biológica) com a natureza. Ao final, a esfera do vivido seria complexa e peculiar, de maneira que está ligada às emoções. “El ‘corazon’ vivido (hasta el malestar y la dolência) difere extranamente del corazon pensado y percebido” (2013, p. 99), o espaço representado, que configura de fato nossa relação e forma de produção espacial (imbricada com as formas anteriores).

Considerando o paralelo com o corpo e a prática social podemos pensar a prática espacial como a esfera do percebido, a dimensão da materialidade ela mesma, que contém sem superar a esfera do vivido, da simbologia dos espaços de representação e a esfera do concebido, ou o espaço representado. O espaço concebido, da arquitetura, do planejamento, da técnica, perpassa a prática espacial (espaço percebido), sem, contudo, ser capaz de superar o espaço vivido que não se submete à coerência ou a coesão pois são também penetradas pelo imaginário e pelo simbolismo, ou seja, por dimensões ontocriativas que simultaneamente.

Destarte é possível pensar que o concebido tem a capacidade de ser hegemônico, de se sobrepôr às demais esferas do espaço, condicionando o vivido e o percebido. Os sujeitos, ao atuarem em uma consciência/existência concreta do mundo se deparam com o concebido (representação/ação que são externa e interna ao sujeito) e atuam também como vivido (sensações, sentimentos, projeções também internas e externas) de forma que essas duas dimensões se interconectam e se realizam em uma espacialidade dada, o percebido. Os condicionantes sociais do concebido, que são mediadores, são mais potentes (como correlação de força – econômica, social, política – ideológica) que as mediações de alguns sujeitos e como mais potentes elas determinam um percebido que, por sua vez, se associa mais ao concebido, disciplina e cala os sujeitos. Para Massey (1999) a conceitualização do espaço passa por três proposições: 1. Espaço como produto de interrelações; 2. Espaço como possibilidade da existência da multiplicidade, onde distintas trajetórias coexistem; 3. Espaço como devir, como produto de interrelações que ainda podem ser realizadas:

Assim, nesta forma de imaginar as coisas, o espaço é, sem dúvida um produto de relações (primeira proposição) e, por ser assim, deve ser também multiplicidade (segunda proposição). Entretanto, estas não são absolutamente



relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, “tudo (já) está relacionado com tudo.” (MASSEY, 1999, p.9).

Desta forma, compreendemos que, tanto em Lefebvre quanto em Massey podemos pensar que o espaço é produzido o tempo todo e produz condicionantes à sociedade. É importante destacar a contribuição de Massey para pensar o espaço como simultaneidade de diferentes vozes. Ao comentar com detalhes a primeira proposição sobre o conceito de espaço (produto de interrelações) a autora esclarece que compreende a formação de identidades a se realizarem o tempo todo por meio das relações. Desta maneira, não existiriam identidades fixas, mas sim identidades a serem elaboradas na relação entre os sujeitos e esse processo seria produto e produtor do espaço.

No sentido de ter o espaço como multiplicidade é imperativo estabelecer uma aproximação com as análises de Jacques Rancière. Um dos elementos mais importantes da arquitetura de pensamento de Jacques Rancière é a partilha do sensível.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha dos espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p. 15)

Partilha do sensível se refere, portanto, a forma como o comum está sujeito à participação dos que tomam parte (*part*) nesta partilha, ou seja, os “contáveis” ou os “falantes”. Essa forma como o comum é partilhado é denominada por Rancière como polícia:

Chama-se geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar um outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-los de *polícia* (RANCIÈRE, 2018, p.41-42)

Desta forma, a polícia se refere ao ordenamento das posições tal como se apresentam na partilha do sensível. Política, por sua vez, seria a instituição de uma demanda entre “classes” que não são verdadeiramente “classes”. Aqui vale destacar que o autor não se refere às classes no sentido marxista (ainda que autor admita que o litígio do momento operário fez com que os proletários pudessem “contar” na vida política, pelo simples fato de se apresentarem como seres “falantes”), mas sim no sentido de “partes” (*partie*) que são contadas



na partilha do sensível.

O dissenso se refere a perturbação dessa ordem policial. Há também que se destacar que o autor não define consenso como acordo, ou momento pacífico de confluência de opiniões. O consenso, para Rancière, seria nocivo, no sentido de não permitir ou mesmo invisibilizar as manifestações de dissenso, de ruptura da polícia. Para o autor o dissenso é fundador da política, faz transbordar as formas sensíveis da comunidade, interrompe uma lógica da dominação suposta como natural, perturba a polícia, uma vez que essa pressupõe a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. “Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular no que é visível, dizível, contável.” (1996, p. 372)

A realização do dissenso pressupõe a “tomada da palavra”. Compreendemos o conceito de tomada da palavra como uma reação à negação de participação no espaço político, mas não apenas, uma nova lógica de produção do espaço, que se estabelece na confluência, do encontro direto que esta tomada apresenta do vivido com o percebido e na produção de antítese ao que esta posto como concebido. Aqueles que não podem falar, não participam, então tomam a palavra como quem recobra a si o direito a participar do dissenso político, como uma alteridade do vivido frente a forma hegemônica de produção do(s) espaço(s) concebido(s). Quando os indivíduos ou grupos tomam a palavra tornam-se sujeitos e se apropriam da participação no campo político, ou educacional, tal como nos interessa aqui.

Ciertamente, la toma de la palabra tiene la forma de un rechazo; es una protesta. Veremos su fragilidad de sólo expresarse al impugnar, de sólo dar fe de lo negativo. Tal vez en eso radique su grandeza. Pero en realidad, consiste en decir: ‘No soy una cosa’. La violencia es el gesto de quien rechaza toda identificación: ‘Existo’. Si entonces quien se pone a hablar niega las normas en nombre de las cuales se pretendiera censurarlo, o las instituciones que quisieran utilizar una fuerza aparentemente desligada de toda pertinencia, exigiría lanzar una afirmación. (CERTEAU, 1995, p.40)

Ao analisar os movimentos estudantis de 1968, Certeau observa que tais movimentos se realizam por meio da reivindicação pela participação na política. Há que se destacar que o termo tomada (*prise de la parole* no original) carrega um conteúdo de ruptura, ou até de agressividade, no sentido de alguém que toma algo pela força. Desta forma, não se trata apenas de tomar parte na política para se fazer ouvir e ser reconhecido como uma “parte” (*part*) a ser contada, mas de fazê-lo de maneira imperativa.

Desta forma, podemos pensar que o movimento se dá no seguinte sentido: Da polícia



para a dissensão, por meio da tomada da palavra e, por fim, a política. Desta forma, para Rancière a política se refere a momentos específicos que reconfiguram a partilha do sensível. A fim de esclarecer tal questão, o autor lança mão de uma fábula contida em um relato de Tito Lívio e publicada por Pierre-Simon Balanche em 1829 (1996, p. 36). Na obra do historiador latino Tito Lívio tal fábula dá conta da volta dos plebeus à ordem pelo fim de uma rebelião. Balanche destaca que não se trataria de uma simples rebelião, mas sim que se trataria de uma questão sobre a fala enquanto tal, ou seja, sobre a capacidade de falar e dessa fala ser compreendida. Desta forma, o debate que se impõe entre os patrícios é saber se existe palco comum para o debate com os plebeus.

A posição dos patrícios intransigentes é simples: não há por que discutir com os plebeus, pela simples razão de que esses não falam. E não falam porque são seres sem nome, privados de *logos*, quer dizer, de inscrição simbólica na cidade. Vivem uma vida puramente individual, que não transmite nada a não ser a própria vida, reduzida a sua faculdade reprodutiva. Aquele que não tem nome não pode falar. Um erro fatal faz o deputado Menênio imaginar que da boca dos plebeus saíssem palavras, quando logicamente só poderia sair ruído. (RANCIÈRE, 1996, P. 37)

Estamos diante de uma determinada partilha do sensível, marcada pela dominação dos patrícios, incapazes de reconhecer *logos* que possa ser articulado por seres sem *logos*. Os plebeus instituem uma nova partilha, a reconfiguram constituindo-se como seres falantes em condições de igualdade com aqueles que as/os negam. Seriam dotados de fala que expressa somente necessidade ou sofrimento, como ruídos, mas falas dotadas de inteligência. Embora o deputado patrício Menênio Agripa apresente aos plebeus a compreensão da sua demanda de reconhecimento ele insiste que os plebeus seriam incapazes de participar da democracia pois não seriam seres falantes. Tal apólogo seria paradoxal: Como os plebeus podem compreendê-lo se não são dotados de *logos*?

Infelizmente, diz Balanche, seu apólogo tinha, num único dia, 'envelhecido de um ciclo'. A coisa é simples de formular: se os plebeus podiam compreender seu apólogo – o apólogo da necessária desigualdade entre o princípio vital patrício e os membros executantes da plebe -, é que já eram, necessariamente iguais. O apólogo que dar a compreender uma partilha desigualitária do sensível. Ora, o senso necessário para compreender essa partilha pressupõe uma partilha igualitária que destrói a primeira (1996, p. 39)

A referência que Rancière faz a fábula retomada por Balanche nos permite observar que havia ali uma partilha do sensível que foi exposta ao dissensão pela tomada da palavra



(logos) por parte dos plebeus e reconfigurou a partilha do sensível fundando uma nova ordem. Esse é, segundo o autor, o jogo do litígio que institui a cena política.

Retomando as dimensões do espaço propostas por Lefebvre (concebido, vivido e percebido) e aproximando ao constructo teórico da partilha do sensível em Rancière, sugerimos pensar a produção do espaço como sendo um equivalente à reconfiguração da partilha do sensível. Se tomamos por exemplo a luta pela terra travada por movimentos sociais como os quilombolas, podemos tomar o espaço concebido como aquele que pretende normatizar o espaço, incorporando-o aos projetos de especulação imobiliária do mercado e operacionalizadas pelo Estado. Neste caso, com base no pretensão discurso da neutralidade do “desenvolvimento econômico” ou do “progresso”, o concebido se apresenta como superior, como científico, portanto, neutro. O espaço concebido é o espaço do planejamento, da ordem instituída muitas vezes apresentada como apolítica, espaço da norma, do controle social (ALVES, 2019, p.556). Ao mesmo tempo, podemos pensar que essa ordem pode ser equivalente a partilha do sensível tal como ela se apresenta, com as partes que já compõe, como política. Desta forma, os contados já estão na partilha e dominam a produção do espaço.

Em contrapartida a existência do movimento social no espaço revela a dimensão subversiva do vivido (Lefebvre), mas também do dissenso (Rancière). A produção desse espaço de resistência se vincula a uma ordem anterior do concebido (sociedade escravista) sendo esse espaço produto da resistência e simultaneamente a produção da resistência. O espaço vivido é o espaço do clandestino, do subterrâneo da vida social, das ações de radicalidade.

Los espacios de representación, vividos más que concebidos, no se someten jamás a las reglas de la coherencia, ni tampoco a las de la cohesión. Penetrados por el imaginario y el simbolismo, la historia constituye su fuente, la historia de cada pueblo y la de cada individuo perteneciente a éste. (LEFEBVRE, 2013, p. 100)

Por fim, ao passo que a rebeldia do movimento em se opor ao concebido, realizando o vivido, acaba por se fundir também em uma prática social que articula as dimensões anteriores no percebido, na materialidade, em uma reconfiguração da partilha do sensível. No caso do exemplo citado podemos projetar o percebido na organização do movimento quilombola no sentido da busca pela norma, pela regularização fundiária, pela garantia legal do seu direito a terra. Um outro exemplo se encerra no debate vivenciado pelos Assentados da Reforma Agrária, particularmente no estado de São Paulo, mas não apenas, a partir do PL 410/2021 apresentado pelo Governador João Doria, em que aponta para uma aparente estratégia de “regularização fundiária”, quando este Projeto de Lei, de um lado, com o mesmo objeto legal de titulação das terras dos assentados, pretende regularizar a grilagem nas terras paulistas, sob o “populista”



aceno de conceder o título de propriedade aos assentados, quando em verdade se consubstancia em ampliar o mercado de terras e permitir a reconfiguração dos assentamentos, pelas lógicas de arrendamento e venda, que alteram em amplitude e profundidade o projeto de reforma agrária para além de uma perspectiva distributivista (CARVALHO, et. al., 2021). O processo coloca em evidência que a reificação da mercadoria (propriedade privada) de imediato confronta o projeto societário de uma reforma agrária popular com uma reforma agrária burguesa. Estes elementos são as confrontações do concebido sobre o vivido, impondo uma lógica de propriedade privada e sua normatização, e que alteram a estrutura do percebido nos assentamentos. Desta forma o concebido se sobrepõe ao vivido, uma vez que a norma, o controle social, se sobrepõe à radicalidade, mesmo quando ela se origina de uma contraposição à hegemonia, o que denota o movimento e a contradição destas dimensões do espaço (concebido, percebido e vivido) e que podem ser continuamente postas em movimento pela partilha do sensível.

Na maior parte das situações cotidianas, o que há, fetichizado pela mercadoria, é um habitante que incorpora boa parte das ordens e imposições existentes na sociedade contemporânea capitalista, ainda que, potencialmente, a dimensão do vivido pudesse fazer dessa prática social um momento revolucionário. (ALVES, 2019, p.560)

A prática espacial pode ser ao mesmo tempo reprodução/resistência/resultado. A reconfiguração da partilha do sentido faz contar aqueles que não eram contados, mas ainda deixa em aberto questões da esfera do vivido (dissenso) que poderão instituir novas partilhas. Embora tenhamos afirmado, no caso exemplificado, a sobreposição do concebido na prática social, não podemos negar a permanência e indissociabilidade do vivido. A resistência e rebeldia se constroem como contradição à ordem, e ambos se realizam na prática social. O devir está contido nesse movimento indissociável da tríade e nas novas possibilidades de reconfiguração da partilha do sensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos anteriormente que, de acordo com Massey (1999) a definição de espaço passa, entre outras coisas, pela compreensão dele como potencial para a simultaneidade, para a multiplicidade. Segundo a própria autora

O argumento aqui, neste trabalho, é o de que um verdadeiro reconhecimento “político” da diferença deve entendê-la como algo mais do que um lugar numa



sequência; de que um reconhecimento mais completo da diferença deveria reconhecer que os outros realmente existentes podem não estar apenas nos seguindo, mas ter suas próprias histórias para contar. (MASSEY, 1999, p.15)

Reconhecemos, portanto, que o espaço permite a convivência de vozes distintas, de diferentes sujeitos falantes que disputam nesse espaço a sua produção, que lutam por serem “contados”, por fazer parte (*part*) desse comum no qual se estabelece a produção do espaço. Não se trata, portanto de uma sequência histórica de progressão, caminho pelo qual todas essas “vozes” passaram até alcançar a autoridade sobre a produção do espaço. É um movimento no qual cada voz, cada sujeito “falante” pode ser “contado” e então disputar e constituir a produção do espaço.

O desafio que se apresenta afinal é pensar que a intersecção entre o conceito de produção do espaço e de partilha do sensível se realiza da seguinte forma: O espaço concebido de Lefebvre, do discurso tecnocrático do “desenvolvimento” e pretensamente neutro é o que corresponde à política para Rancière, a partilha do sensível tal como se apresenta, com suas partes exclusivas. O espaço vivido, da contestação, das ações de radicalidade, seria o dissenso que instaura a política, novas vozes que buscam se fazer ouvir, buscam fazer parte da partilha. Por fim, o percebido, a materialidade, seria a reconfiguração da partilha do sensível, ou seja, a articulação das dimensões anteriores, mas sem superá-las. A produção do espaço se realizaria, portanto, dentro das dinâmicas que permitem que os que não eram “contados” passem a ser e, desta forma, passem também a fazer parte da partilha que foi reconfigurada. Entendemos que o dissenso se realiza a partir da possibilidade de multiplicidade do espaço, ou seja, por agregar a diversidade de “vozes” constitui-se abertura para que alguma delas tome a palavra, se faça contar, tal como os plebeus na fábula de Menênio Agripa.

Se considerarmos que, ao tomar a palavra, os não contados promovem o dissenso e instauram a política, esse movimento só possível em decorrência da simultaneidade do espaço. Por conter diferentes vozes, o espaço é condição *sine qua non* para a realização da política, o que torna imperativo refletir na própria Geografia, o que se tem construído como monocracia epistêmica do território, ao desconsiderar que o território é uma dimensão concreta das relações de poder, que seu constructo e compreensão se estabelece *a posteriori* das práticas socioespaciais que o constitui. (SOUZA, 2009), porque não dizer na partilha.

Destarte, a reconfiguração da partilha do sensível dá a ouvir e atribuir *logos* a vozes que antes eram ruídos e, desta forma, movimentam a produção do espaço, alteram a prática



espacial (espaço percebido) uma vez que reposicionam as vozes do concebido e do vivido. A produção do espaço se realizaria, portanto, dentro dos processos que permitem que os que não eram “contados” passem a ser e, desta forma, passem também a fazer parte da partilha que foi reconfigurada.

Há que se considerar que o contexto da pandemia do vírus SARS-CoV-2 nos impeliu ao distanciamento social e acabou por esvaziar a possibilidade de vivenciar o espaço como multiplicidade. O mundo virtual, da internet e das redes sociais, não é capaz de promover o dissenso, pois tende a “emudecer” vozes que eventualmente poderiam reconfigurar a partilha do sensível. Diferente do espaço, que reúne a multiplicidade, o mundo virtual segmenta, cria nichos que não se dispõem a política no sentido do reconhecimento da igualdade. Não há lugar para o dissenso se não há partilha. O mundo virtual não permite tal partilha (como impõe o espaço), mas sobrepõe discursos sem, de fato, instituir a política.

Esclarecemos aqui que não questionamos a necessidade do distanciamento social para a desaceleração da transmissão do vírus, mas não podemos evitar a observação de que esse contexto reduz as possibilidades do dissenso, uma vez que afasta os sujeitos dos espaços públicos, espaços de partilha. A produção do espaço não cessa, mas se realiza dentro do contexto de uma partilha do sensível já ordenada, sob a ordem da polícia. O esvaziamento do potencial do espaço para a realização da política mantém a sua produção sob a mesma articulação dos termos da sua tríade, sem brechas para o reconhecimento de novas vozes. O fim da pandemia deve reabrir de maneira mais clara o dissenso por meio da ocupação dos espaços esvaziados por agora. Novas vozes esperam por se fazer ouvir.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/vivido/percebido. **Geosp** – Espaço e Tempo (online), v.23, n.3, p. 551-553, dez 2019.

CARVALHO, J.G. et. al. Projeto de Lei nº 410/2021: análises preliminares dos impactos. São Paulo: Brasil de fato. 2021. Disponível em <https://cdn.brasildefato.com.br/documents/da037e2f52d191016ed0440910186b2c.pdf>, Capturado em 10/11/2021.

CERTEAU, M. **La tomada de la palabra y otros escritos políticos**. Tradução: Alejandro Percador. Mexico: Universidad Iberoamericana. 1995.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural: pesquisa de método**. São Paulo: Cultrix, 1973.



LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antônio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.

MOREIRA, R. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). **GEOgraphia**, Ano 6, n.11, p.21-37, 2004.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: **GEOgraphia**, Ano 06, n. 12, 2004, p. 07-23.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, SP: Ática, 1993

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo, SP: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO/34. 2005.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, J. G. Limites do território. **Agrária (São Paulo. Online)**, (10-11), 2009, pp. 99-130.

SOUZA, R. F. **A "geografia do poder" de Claude Raffestin: uma contribuição à teoria materialista do território**. Rio Claro-SP.: UNESP/IGCE, 2020 (Tese de Doutorado em Geografia).

STREECK, W. **O tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático**. Coimbra: Actual, 2013.
